

ATA DA 77ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

DATA: 04/02/2014

HORA: 9h30

LOCAL: Centro Tecnológico de Hidráulica, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária (USP), Butantã, São Paulo – SP

PARTICIPANTES:

Adriano Melo – FIESP

Ana Lucia Aurélio – SSRH/CRHi

André Elia Neto – UNICA

Antônio Carlos Coronato – SSRH/DAEE

João Cabrera Filho – FAESP

Jorge Rocco – CIESP

José Barbosa Correa Neto – SPDR

Luiz Fernando Carneseca – SSRH/DAEE

Lurdes Maria Torres da Silva Maluf – SMA/CPLA

Mariza G. Prota – SSRH/SABESP

Ricardo Y. Nogata – P.M. São Bernardo do Campo

Ronaldo Sergio Vasques – FIESP

Vera Lúcia Palla – SAA/CATI

Yara Maria Chagas de Carvalho – SAA/APTA/IEA

COORDENAÇÃO:

Antônio Carlos Coronato – DAEE – acoronato@sp.gov.br

RELATORIA:

Ariane Coelho Donatti – CRHi – arianecd@ssrh.sp.gov.br

PAUTA DA DISCUSSÃO:

1. Revisão da complementação dos estudos de fundamentação do CBH-PP
2. Análise do relatório de fundamentação do reajuste dos PUB do CBH-PCJ
3. Outros assuntos

- 1 Iniciou-se a reunião com o Sr. Coronato informando que a CTCOB está recebendo
- 2 críticas dos Comitês de Bacia devido à demora nas análises e por não participarem das
- 3 reuniões para esclarecimento de dúvidas. O Sr. Ronaldo colocou que o trabalho da
- 4 Câmara foi muito bom durante o ano de 2013, com muitas reuniões para atender à alta
- 5 demanda. A Sra. Mariza explicou que a CTCOB sempre esteve aberta aos CBH para
- 6 participação, após a primeira análise dos Estudos pela CTCOB. Para que isso fique

7 claro, o Sr. Coronato sugeriu que, após a primeira análise, o CBH seja informado sobre
8 as pendências e/ou dúvidas e de que a CTCOB está aberta à participação do CBH, se o
9 mesmo achar pertinente. O Sr. Ronaldo questionou a Câmara sobre a republicação de
10 Decretos de Cobrança de alguns CBH no Diário Oficial. A Sra. Ana Lúcia esclareceu
11 que alguns Decretos necessitaram ser republicados, devido a erros de publicação e que
12 as Secretarias Executivas dos CBH envolvidos encarregaram-se de dar conhecimento
13 dos trâmites necessários para correção aos respectivos colegiados e de providenciar as
14 devidas retificações. O Sr. Adriano, que participa dos CBH Mogi, SMG e PP,
15 corroborou a informação da Sra. Ana Lúcia. Na sequência, o Sr. Coronato informou que
16 entende não estar mais em condições de coordenar a Câmara. Com sua saída, o Sr.
17 Carnesecca ficará como representante da SSRH na CTCOB. O Sr. Ronaldo sugeriu que
18 a Sra. Mariza assumisse a coordenação da Câmara. A Sra. Mariza informou não ser
19 possível, devido ao perfil de sua instituição que, sendo a maior usuária de recursos
20 hídricos do Estado, poderia gerar desconforto caso assumisse a coordenação. Foi
21 sugerido, então, que o Sr. Carnesecca assumisse a coordenação da CTCOB, sendo aceito
22 pelo mesmo e pelos membros da Câmara. O Sr. Coronato pediu a Sra. Mariza que
23 contasse aos demais membros sobre a reunião do CRH ocorrida em 11/12/2013, na qual
24 foi apresentada a minuta elaborada pela CTCOB para alteração da Deliberação CRH nº
25 90/2008. A Sra. Mariza disse que expôs na reunião as principais alterações existentes na
26 minuta, sendo que a plenária questionou o fato da discussão ter ocorrido sem a
27 participação dos Comitês de Bacia. Desta forma, foi decidido pela plenária do CRH que
28 os CBH terão prazo de 120 dias para analisar a minuta elaborada pela CTCOB e,
29 posteriormente, a Câmara terá 60 dias para analisar as propostas encaminhadas pelos
30 CBH. Foi publicada no Diário Oficial, em 19/12/2013, a Deliberação CRH nº 154/2013
31 contendo os prazos definidos e prorrogando a Deliberação CRH nº 90/2008 até
32 15/07/2014. O Sr. Coronato informou que foi enviado aos CBH a minuta da
33 Deliberação elaborada pela CTCOB e modelo de emenda para envio das sugestões. O
34 Sr. Ronaldo informou que o CBH-PCJ convidou outros CBH para uma reunião para
35 realizar análise conjunta da minuta de Deliberação. A seguir, a Sra. Ana Lucia
36 perguntou se a análise da revisão de valores da cobrança (coeficiente X13) do CBH-PS
37 está na pauta da CTCOB para 2014, pois a resposta enviada pela CTCOB ao CBH não
38 deixou clara a posição da Câmara. O Sr. Coronato explicou que este assunto não consta
39 na pauta por enquanto, e a Sra. Ana Lucia se dispôs a conversar com representantes do
40 CBH-PS para verificar o recebimento do Parecer da CTCOB e o encaminhamento

41 previsto. A Sra. Ariane informou aos membros que a CTAJI, em reunião no dia
42 20/01/2014, analisou a Deliberação do CBH-AP, previamente aprovada pela CTCOB, e
43 elaborou minuta para aprovação do CRH, sendo colocada ressalva de que o CBH deverá
44 adicionar parágrafo que preveja que, anualmente, o percentual de aplicação dos recursos
45 arrecadados por PDC, não exceda 100% do valor arrecadado. A Sra. Mariza disse que a
46 CTCOB havia levantado dúvida se a Deliberação do CBH pode apresentar a fórmula de
47 valor total da cobrança diferente do constante na legislação, mesmo que chegue ao
48 mesmo resultado e que isto não foi analisado pela CTAJI. O Sr. Jorge também colocou
49 a necessidade de incluir considerando que informe o número de usuários. Desta forma,
50 foi decidido que será solicitada à CTAJI nova análise da Deliberação do CBH-AP para
51 avaliação destas questões. Em seguida, iniciou-se a análise do novo Estudo de
52 Fundamentação enviado pelo CBH-PP para verificação das complementações
53 solicitadas pela CTCOB, de acordo com os itens da Deliberação CRH 111/09. O item II
54 foi considerado atendido, já que houve complementação com dados da CETESB. O
55 item VII continuou como atendido parcialmente, já que há dúvidas com relação às
56 tabelas e texto do item “10. Plano de Investimentos na Bacia” do Estudo de
57 Fundamentação. Sugere-se que o CBH-PP reveja as tabelas e texto deste item, pois há
58 inconsistências entre os dados das tabelas. Sugere-se também que o CBH explique
59 melhor quais foram os cenários considerados, qual o valor que será arrecadado com a
60 cobrança e a forma de aplicação dos recursos da cobrança nos PDC, alterando o artigo
61 9º da Deliberação, se necessário. Os itens VIII e X foram considerados atendidos. Para
62 o item XI, verificou-se que permaneceram os dados presentes no Estudo anterior,
63 apenas acrescentando frase que não foi possível obter dados dos demais setores
64 industriais. O Sr. José Barbosa considera que seria possível obter dados sobre a
65 indústria frigorífica. Após discussão entre os membros da Câmara, o item foi
66 considerado atendido, porém sugere-se que o CBH-PP obtenha dados sobre os
67 frigoríficos, quando possível. O item XVII foi considerado como parcialmente atendido
68 visto que está relacionado diretamente com o item VII. Sequencialmente, iniciou-se a
69 análise da Deliberação CBH-PP nº 148/2013 que substitui a Deliberação CBH-PP nº
70 133/2012. Os membros da CTCOB consideraram que todas as alterações solicitadas
71 foram realizadas, apenas salientando que, caso haja alteração, no Estudo de
72 Fundamentação, na distribuição dos recursos arrecadados por PDC, a mesma alteração
73 deve ser realizada no artigo 9º da Deliberação. Após, iniciou-se a análise do novo
74 Estudo de Fundamentação para reajuste dos PUB enviado pelo CBH-PCJ para

75 verificação das complementações solicitadas pela CTCOB. A Sra. Mariza informou que
76 colocaram alguns dados, mas não foi realizada nenhuma mudança significativa na
77 metodologia adotada no Estudo. O Sr. Ronaldo salientou que as premissas colocadas
78 pelo CBH-PCJ para realizar o reajuste não foram alteradas e, portanto, independente das
79 outras modificações feitas no Estudo, não concorda com a premissa de que é necessário
80 aumentar os PUB, pois houve perda na arrecadação devido à melhora nos recursos
81 hídricos. A Sra. Mariza informou que procuraram justificar o reajuste com base na
82 legislação de recursos hídricos e a Sra. Yara disse que não concorda com a interpretação
83 da lei feita pelo CBH-PCJ. As manifestações acima foram acompanhadas pela maioria
84 dos membros da CTCOB. O Sr. Adriano esclareceu que, de acordo com o inciso III do
85 artigo 1º da Lei Estadual nº 12183/2005, os recursos obtidos na cobrança devem ser
86 usados para financiar o Plano de Bacia, mas isto não significa que o Plano deve nortear
87 o valor da cobrança. Segundo a Sra. Yara a valoração econômica da água não tem como
88 objetivo promover arrecadação de recursos para financiar investimentos na bacia, mas
89 sim promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, e a premissa do CBH-PCJ não
90 segue isso. Salientou, ainda, que o principal objetivo da lei da cobrança é educativo, e
91 usuários que realizaram melhorias serão penalizados. O Sr. Coronato considera que
92 comparar a arrecadação da cobrança com o necessário para atingir o cenário desejável
93 do Plano é irreal, e a comparação deveria ser feita pelo menos com o cenário
94 recomendado. O Sr. Adriano salienta que na pág. 59 do Estudo, o CBH afirma que
95 houve perda de 9% na arrecadação da cobrança em oito anos, porém o reajuste proposto
96 perfaz um aumento de 8% ao ano. O Sr. Carneseca levantou a questão de que a
97 legislação prevê que os valores da cobrança podem ser revistos periodicamente pelos
98 CBH, então qual seria uma justificativa aceitável para este reajuste? Também salientou
99 que a CTCOB deve orientar a discussão e ser mais propositiva. A Sra. Yara disse que o
100 preço tem que refletir o “valor da água”, porém faltam estudos, e que a CTCOB podia
101 propor a formação de um grupo de trabalho para discutir o assunto. O Sr. Ronaldo
102 propôs que a CTCOB faça um documento ao CRH expondo que a Câmara não concorda
103 com a premissa apresentada pelo CBH, e os conselheiros do CRH avaliam. O Sr.
104 Carneseca citou que a CTCOB não tem critérios para reajuste e que estes critérios
105 podem ser diferentes para cada CBH. O Sr. Jorge colocou que a CTCOB iniciou a
106 análise pela Deliberação CRH nº 111/09 e, portanto, este foi o critério adotado. O Sr.
107 Coronato salientou que a Deliberação CRH nº 111/09 não abrange reajuste de valores,
108 desta forma, ele acha que não temos critério. Considerando que ainda há muitas

109 questões para discutir, foi decidido a realização de uma nova reunião em 21/02/14 para
110 encerrar a discussão sobre a proposta de reajuste de PUB do CBH-PCJ. O Sr. José
111 Barbosa registrou voto de louvor pelo trabalho realizado pelo Sr. Coronato na
112 coordenação da CTCOB, sempre motivando seus membros na realização do trabalho. O
113 Sr. Coronato agradeceu a presença de todos, informando que a próxima reunião ocorrerá
114 dia 21/02/14 e, não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada.

Antonio Carlos Coronato
Coordenador da CTCOB

Ariane Coelho Donatti
Relatora da CTCOB

Aprovada pela CTCOB em 15/07/2014